



Simulado Final

STJ

**Cargo: Analista Judiciário -
Área Judiciária - Pós-Edital**

Simulado

Simulado Final STJ (Analista Judiciário – Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário – Área Judiciária da STJ**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/piCVgzhNWxUaX85M9>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/vcd2>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO I****A urgência de fazer o que não pode ser adiado**

“Adia tudo”, tenta-me Fernando Pessoa, através de Bernardo Soares, no “Livro do desassossego”: “Nunca se deve fazer hoje o que se pode deixar de fazer também amanhã.”

Às vezes penso em organizar uma igreja e ir de casa em casa com o “O Livro do desassossego” na mão:

— Boa tarde, o senhor já conhece Pessoa?

Pessoa não te ama. O seu apóstolo, Bernardo Soares, também não te ama. Não haver ninguém que te ame pode ser a maior das libertações. No fim, desisto de implementar a minha igreja, porque isso seria um projeto contrário ao espírito do desassossego. O livro inteiro é uma exaltação da não-ação. Vive para dentro, insiste o poeta de muitas formas diferentes. O teu interior é mais vasto do que o universo etc. Resultou com Fernando Pessoa, suponho, mas nem todos temos tanto interior. Eu não tenho.

“O Livro do desassossego” é o melhor que há em matéria de literatura de antiajuda, e talvez por isso seja tão bom e tão necessário. Pessoa não te ama. Pessoa não te quer ajudar. Pessoa testemunha, com uma lucidez sem misericórdia, a falta de lucidez das ações humanas. Assim, paradoxalmente, o múltiplo autor português mostra-nos as feridas do mundo; os absurdos em que nos deixamos enredar, e, ainda que não seja essa a sua intenção, ajuda-nos a agir.

Fico pensando em tudo o que posso não fazer hoje, e que poderia não fazer amanhã. Posso não ir à praia. Posso não terminar de ver “A Casa de Papel”. Posso não perder meia hora no Instagram. Depois, penso naquilo que tem de ser feito hoje; naquilo que se não fizer agora, já não poderei fazer amanhã, nem nunca mais, porque não haverá amanhã. Preciso respirar, por exemplo. Preciso comer. Tudo o que mantém meu corpo vivo. Mas também preciso escrever, ler, brincar e conversar com amigos; ouvir Chico Buarque e Caetano, enfim, tudo o que mantém meu espírito vivo. E ainda amar, namorar,

perdoar, me emocionar — tudo o que mantém meu coração vivo.

Enquanto cidadãos, também são inúmeras as situações que exigem uma ação imediata: não podemos deixar para amanhã nada que contribua para atenuar o cataclismo climático em curso. Precisamos vigiar a nossa pegada ecológica, viajar menos, não consumir alimentos vindos de lugares distantes, repensar o nosso regime alimentar, separar o lixo ou recusar sacolas de plástico.

Também não podemos deixar para amanhã a defesa da democracia. Isto é verdade em qualquer lugar. A democracia tem de ser defendida em casa, no trabalho e nas ruas. E tem de ser defendida agora! É preciso que todos se empenhem em estender pontes para antigos desafetos políticos.

(José Eduardo Agualusa. O Globo. Adaptado)

Com base nas informações do texto, julgue as assertivas a seguir.

- 01.** Infere-se do texto que para vivermos bem, precisamos viver sem compromissos e preocupações.
- 02.** É possível afirmar a partir da leitura do texto que a não-ação não diz respeito ao que realmente importa
- 03.** O autor do texto desiste da implementação da igreja porque “O livro do desassossego” não fala sobre amor.
- 04.** Segundo o texto, a obra “O Livro do desassossego” traz prejuízos para o leitor, opondo-se a literaturas de autoajuda.

TEXTO II

O Distrito Federal figura como a unidade da Federação com a maior redução de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) do Brasil. O destaque nacional é apontado pelo Monitor da Violência, que faz o acompanhamento dos crimes contra a vida no país. De acordo com o estudo, a redução no DF chegou a 37%. Em todo o país, foram contabilizadas 1,3 mil mortes a menos nos três primeiros meses deste ano de 2021, em relação ao mesmo período de 2020, o que na média nacional representa redução de 11% nos CVLIs. A categoria engloba os homicídios (feminicídios), latrocínios e lesões corporais seguidas de morte.

“Esse destaque é um reconhecimento pelo trabalho que vem sendo desenvolvido a partir de políticas pautadas pelo interesse público adotadas pela Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP/DF), em especial o programa DF Mais Seguro. Essas medidas foram, e são possíveis, por meio do trabalho integrado das forças de segurança e a avaliação constante de resultados, até mesmo para que sejam feitas adaptações, quando necessário”, avalia o secretário de Segurança Pública, delegado Júlio Danilo.

“Importante ressaltar que a queda do número de homicídios no DF estava ocorrendo mesmo antes da pandemia. É possível que a dinâmica das restrições impostas pelo período tenha interferido, porém não há estudo sobre o assunto. O que temos é uma redução que já vinha sendo consolidada e que se estabeleceu por todo o ano passado. Isso demonstra o esforço ainda maior dos profissionais da Segurança Pública, que tiveram que se adaptar às rotinas do novo cenário e, ainda assim, conseguimos terminar 2020 com redução recorde”, completa Danilo.

O levantamento feito pelo Monitor da Violência é uma parceria do Núcleo de Estudos da Violência da USP, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Portal G1. O objetivo é produzir dados para debater a violência e apontar soluções. Além do policiamento extensivo de policiais militares, a redução dos homicídios também resulta de uma série de ações e medidas adotadas pela Polícia Civil do DF (PCDF), como explica o titular da Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa, Laércio Rosseto: “Essa redução de crimes violentos no DF está ligada à resposta que tem sido dada por parte da polícia judiciária local. As investigações e

prisões diminuem a impunidade e mostra que os autores desses crimes serão alcançados”.

Rosseto relata ainda ações adotadas pela instituição: “Os resultados foram obtidos por conta de uma série de ações, como a implementação do Plantão Extraordinário de Local de Crime (PEL); o combate ao tráfico de drogas; uso de tecnologia de ponta; o trabalho qualificado dos peritos criminais; e o deferimento de representações ofertadas ao Judiciário, com pareceres favoráveis do Ministério Público, o que possibilita medidas cautelares para uma investigação de excelência”.

Desde o ano passado, a SSP/DF deu início à implementação do DF mais Seguro, que é pautado pela aplicação ainda mais adequada das políticas de segurança, com base nos seguintes eixos: Cidade da Segurança Pública: modernização e ampliação do sistema de videomonitoramento; projeto Área de Segurança Prioritária (ASP), que vai seguir reforçando todas as ações nas regiões administrativas; e a melhoria no atendimento dos canais de emergência.

Março, mês em que ocorre o Dia Internacional da Mulher, foi marcado pelo lançamento do Mulher Mais Segura, que integra o DF Mais Seguro. O programa, voltado para o público feminino no DF, reúne medidas, iniciativas e ações de enfrentamento aos crimes de gênero e fortalecimento de mecanismos de proteção a esse público. Entre as medidas está o Dispositivo Móvel de Proteção à Pessoa (DMPP), para monitoramento de Medidas Protetivas de Urgência de casos encaminhados pelo Judiciário local e a disponibilização do estudo qualificado de feminicídios realizado mensalmente pela Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídio e Feminicídio (CTMHF).

Apesar de o objetivo principal ser a redução de homicídios, é notório que a presença policial contribuiu com o aumento da sensação de segurança da população e, conseqüentemente, com a redução de outros crimes, como roubos e furtos, como afirma Neves: “Com esta ação – que independe das ações ordinárias das forças de segurança – realizamos apreensão de drogas e armas e o cumprimento de mandados de prisão que estiverem em aberto”.

(Disponível em <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/05/31/distrito-federal-apresenta-maior-queda-no-pais-de-crimes-contra-a-vida/>. Adaptado)

Acerca dos sentidos do texto, julgue os itens a seguir.

05. A partir da leitura do texto, pode-se afirmar que a redução de crimes violentos no Distrito Federal se intensificou durante a pandemia do coronavírus, chegando a um patamar de 37% em comparação ao ano anterior.

06. O texto, ao discorrer sobre vários fatores que contribuem para os números mostrados no que diz respeito à criminalidade no Distrito Federal, caracteriza-se como predominantemente informativo.

Acerca de aspectos linguísticos do texto, julgue o item a seguir.

07. A expressão destacada em "o que possibilita medidas cautelares [...]" tem como antecedente "Ministério Público" e pode ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical por **o qual**.

08. As palavras "memória", "violência" e "extraordinário" recebem acento de acordo com a mesma regra de acentuação.

09. Em "projeto Área de Segurança Prioritária (ASP), que vai seguir reforçando todas as ações nas regiões administrativas (6º parágrafo)", a vírgula, por seu caráter facultativo, preservaria o sentido original do texto se retirada.

10. A partícula destacada em "O que temos é uma redução que já vinha sendo consolidada e que **se** estabeleceu por todo o ano passado (3º parágrafo) pode ser classificada como pronome passivador.

11. O vocábulo **que** em "Importante ressaltar que a queda..." (3º parágrafo) e em "ligada à resposta que tem sido dada por parte da polícia judiciária local..." (4º parágrafo) recebem a mesma classificação morfológica.

12. O segmento "que tiveram que se adaptar às rotinas do novo cenário" (3º parágrafo) pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical, da seguinte forma: **que tiveram de se adaptar a rotinas do novo cenário**.

13. Entre as ideias contidas no período "Importante ressaltar que a queda do número de homicídios no DF estava ocorrendo mesmo antes da pandemia" e no período imediatamente posterior, estabelece-se uma relação de concessão.

14. O adjetivo **notório** em "é notório que a presença policial contribui com o aumento da sensação de segurança da população" (último parágrafo) pode ser sintaticamente classificado como predicativo do sujeito.

15. Mantendo o sentido original e a correção gramatical, o vocábulo "ainda", empregado em "Rosseto relata ainda ações adotadas pela instituição" (5º parágrafo), poderia ser deslocado para depois do substantivo ações: **Rosseto relata ações ainda adotadas pela instituição**.

ÉTICA NO SETOR PÚBLICO*Antônio Daud*

Tomando por base os preceitos sobre ética e improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 16.** Estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, mesmo que o ente não integre a administração indireta.
- 17.** Embora as pessoas jurídicas possam ser destinatárias das sanções da Lei de Improbidade Administrativa, estas deixarão de ser aplicadas caso o ato praticado seja também sancionado como ato lesivo à administração pública pela Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013).
- 18.** Na ação judicial por improbidade administrativa, será assegurado o direito de o réu ser interrogado sobre os fatos de que trata a ação, sendo que sua recusa implicará confissão.
- 19.** As ações judiciais por improbidade administrativa sujeitam-se ao reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito.
- 20.** A ação judicial por improbidade administrativa tem natureza bivalente, podendo ter caráter repressivo-sancionatório ou destinar-se à proteção do patrimônio público e social.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS*Géssica Ehle*

De acordo com a Teoria geral e a Afirmação histórica dos direitos humanos, julgue os itens a seguir.

- 21.** Os direitos humanos não prescrevem diante da passagem do tempo, contudo não se pode falar em responsabilidade anos após a ocorrência de uma violação.
- 22.** Os tratados internacionais de Direitos Humanos se sobrepõe ao Texto Constitucional por sua força *jus cogens*, devendo preponderar sobre o caso concreto em todas as situações.
- 23.** Todos os tratados internacionais poderão ser internalizados com “status” de norma constitucional, bastando que sejam aprovados por três quintos, em dois turnos, pelas duas casas do Congresso Nacional.
- Sobre questões de gênero, equidade e direitos da pessoa com deficiência, julgue os itens a seguir.
- 24.** O direito à prioridade de atendimento em instituições que fornecem serviços ao grande público são extensíveis aos doadores de sangue que comprovem os requisitos legais.
- 25.** O Símbolo Internacional de Surdez é composto por um cordão de fita com desenhos de girassóis.
- 26.** Estado e iniciativa privada buscarão desenvolver políticas públicas para combater a desigualdade racial, por meio de políticas públicas.
- 27.** Mulheres negras têm garantido linhas de crédito especiais para pequenas produções como forma de ação afirmativa.

28. Pessoas com transtorno do espectro autista têm assegurada prioridade de atendimento em repartições públicas e instituições financeiras, seguidas por seus acompanhantes, caso estejam junto das mesmas.

NORMATIVOS INTERNOS DO STJ

Tiago Zanolla

COM BASE NO REGIMENTO INTERNO DO STJ, RESPONDA:

29. Art. 7º O Conselho da Justiça Federal é integrado pelo Presidente, Vice-Presidente, Corregedor Nacional de justiça, e quatro Ministros do Tribunal, eleitos por dois anos, e pelos Presidentes dos seis Tribunais Regionais Federais

30. À Segunda Seção cabe processar e julgar os feitos relativos a obrigações em geral de direito privado, mesmo quando o Estado participar do contrato

31. Apenas quando convier pronunciamento da Seção, em razão da relevância da questão, e para prevenir divergência entre as Turmas da mesma Seção as turmas remeterão os feitos de sua competência à Seção de que são integrantes.

32. O Presidente convocará um juiz federal para exercer a função de Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal.

33. A antiguidade do Ministro no Tribunal, para sua colocação nas sessões, distribuição de serviço, revisão dos processos, substituições e outros quaisquer efeitos legais ou regimentais, é regulada na seguinte ordem: exercício, posse e nomeação.

34. Dos atos e decisões do Conselho da Justiça Federal cabe recurso administrativo ao Conselho Nacional de Justiça.

35. Conforme o Código de Ética, a destinatária e o destinatário deste Código que realizam trabalho remoto ou teletrabalho, híbrido ou integral, independentemente da denominação utilizada, devem se manter no local de trabalho com vestimenta e postura compatíveis com o ambiente profissional.

36. À destinatária e ao destinatário deste Código, quanto à atuação nas redes sociais e na internet, é vedado usar nome, logomarca, símbolos de identidade visual e fotos do Superior Tribunal de Justiça para identificação de usuário em perfis pessoais ou para o exercício da liberdade de expressão, manifestação de apreço ou desapeço por pessoas, instituições e ideologias de qualquer natureza.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

COM BASE NA ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, ANALISE AS QUESTÕES A SEGUIR:

37. A moral está diretamente ligada aos costumes e tradições de um grupo social, enquanto a ética busca compreender e avaliar criticamente essas normas.

38. Os princípios éticos e os valores morais no exercício da função pública exigem que o servidor atue sempre com imparcialidade, transparência e comprometimento com o interesse público.

39. A ética na democracia consiste na defesa incondicional da maioria, mesmo que isso viole direitos fundamentais de minorias.

40. Do ponto de vista ético, a obrigatoriedade do voto no Brasil busca assegurar uma participação ampla, promovendo o compromisso de cada cidadão com a democracia.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

41. A comunicação homem máquina tem perdido a importância no mundo moderno, visto que a tendência é que as máquinas façam cada vez mais o trabalho sozinhas.

42. O gráfico de linha é um dos mais utilizado para representar o progresso dos valores de uma variável no transcorrer do tempo.

43. No Windows Explorer, ferramenta do Windows 10, é possível exibir elementos nos modos de exibição: Lista, Detalhes, Ícones Extra Grandes, dentre outros.

44. No menu Configurações do Windows existe a funcionalidade Windows Update que permite a realização de backups a partir de recursos do próprio sistema operacional.

45. No Word, o recurso de comentário deve ser utilizado para colocar notas informativas no fim do texto ou no fim da página.

46. No Excel existe a possibilidade de integração com outras bases de dados inclusive permitindo a importação e exportação de arquivos de dados em formatos como o csv.

47. No Teams é possível criar reuniões e enviar o convite para os participantes por email.

48. A contratação de desenvolvimento na arquitetura em nuvem pode ser considerada uma forma de entrega de serviço do tipo PaaS

49. Um dos objetivos da Segurança da Informação é a confidencialidade que garante que só terá acesso útil aos dados quem deve ter.

50. O serviço de FTP deve ser utilizado apenas mediante a solicitação prévia de senha do usuário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

João é servidor público de um órgão da administração direta e, durante o exercício de suas funções, tomou conhecimento de uma irregularidade em um processo administrativo envolvendo recursos públicos. A irregularidade foi de caráter grave, e João sentiu-se compelido a denunciá-la à sua superioridade hierárquica. A autoridade competente, ao tomar ciência da denúncia, decidiu abrir uma sindicância para apurar o fato, já que o ocorrido envolveu um servidor de sua equipe. No entanto, a denúncia foi feita de forma anônima, sem identificar o denunciante e sem mais informações sobre ele.

Acerca da situação hipotética, julgue os itens a seguir, com base nas disposições da Lei nº 8.112/1990 e na jurisprudência dos Tribunais Superiores.

51. A autoridade competente deve apurar imediatamente a irregularidade relatada, por meio de processo administrativo disciplinar, mesmo que a denúncia tenha sido feita de forma anônima.

52. A denúncia deverá ser arquivada pela autoridade competente, por falta de objeto, caso se conclua que o fato narrado não configura evidente infração disciplinar ou ilícito penal.

Em um órgão público federal, a Controladoria Interna recebeu informações sobre possíveis irregularidades em um contrato firmado com uma entidade privada para a execução de um programa de saúde. Após análise preliminar, o responsável pelo controle interno constatou que a execução do programa não estava sendo realizada de acordo com os objetivos definidos, e havia indícios de gestão ineficaz dos recursos. Diante disso, o responsável pela Controladoria decidiu notificar imediatamente o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a situação, conforme previsto pela legislação.

Com base nessa situação hipotética e nas disposições constitucionais acerca do controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

53. O responsável pelo controle interno, ao tomar conhecimento de irregularidade no contrato de um programa de saúde, deve comunicar imediatamente ao Tribunal de Contas.

54. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato possui legitimidade para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas.

Um servidor público recém-nomeado para um cargo de comissão em um órgão federal se recusa a apresentar a declaração de bens, conforme exigido pela Lei de Improbidade Administrativa. Ao ser perguntado sobre a recusa, ele informa que já entregou a declaração de bens à Receita Federal, mas não a atualizou de acordo com as exigências legais. A autoridade competente, ao tomar conhecimento dessa recusa, decide aplicar a sanção prevista pela legislação.

Com base na Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/1992, julgue os itens a seguir.

55. O servidor público que se recusar a apresentar a declaração de bens no prazo determinado será apenado com a pena de demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

56. A atualização anual da declaração de bens é obrigatória apenas para os agentes públicos que mantêm cargos políticos, sendo dispensada para os demais tipos de servidores.

A União realizou, há quatro meses, um processo licitatório para a aquisição de materiais de construção destinados à reforma de prédios públicos. Contudo, o certame foi declarado deserto, pois nenhum licitante compareceu. Diante da urgência da necessidade, a Administração Federal pretende dispensar a licitação e celebrar o contrato diretamente. Além disso, em outra situação, houve a necessidade de contratar empresa por dispensa de licitação para realização de obra emergencial, para evitar a paralisação da prestação de serviços públicos essenciais, cujo contrato teve a vigência inicial de oito meses, mas a obra, que continua necessária, ainda não estava concluída.

Com base no disposto na Lei nº 14.133/2021 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir.

57. A União pode dispensar a licitação para a aquisição dos materiais de construção, já que o processo anterior foi declarado deserto e ocorreu há menos de um ano, desde que as condições do edital original sejam mantidas.

58. A contratação emergencial poderá ser prorrogada, desde que o prazo do contrato não ultrapasse o limite legal de um ano, contados da situação emergencial ou calamitosa.

Acerca dos contratos administrativos, julgue o item a seguir.

59. Se houver nulidade em contrato administrativo, a administração será obrigada a indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, ainda que a nulidade seja imputável ao contratado, diante do princípio da vedação ao enriquecimento sem causa da administração.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

A respeito das competências jurisdicionais no Brasil, julgue os seguintes itens:

60. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar os conflitos federativos, independentemente da causa de pedir da ação.

61. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os conflitos entre Estado Estrangeiro e Município.

62. Cabe recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal contra decisão de tribunal superior que denega ou concede *habeas corpus*.

A respeito dos direitos fundamentais, da Organização do Estado e dos Poderes, julgue os itens:

63. A ausência de inclusão de medicamento nas listas de dispensação do Sistema Único de Saúde – SUS (RENAME, RESME, REMUME, entre outras) impede, como regra geral, o fornecimento do fármaco por decisão judicial, independentemente do custo.

64. Como compete a todos os entes federativos cuidar da saúde, admite-se o ajuizamento de demanda buscando obter o fornecimento de medicamentos indistintamente contra qualquer dos entes federativos.

65. É vedado ao STJ analisar, em sede de recurso especial, matéria constitucional, sob pena de usurpação da função constitucional do STF.

Quanto ao controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir:

66. Não cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental contra leis municipais.

67. Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

68. Leis que tratam dos casos de vedação a nepotismo não são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

69. De acordo com a LINDB (Decreto-Lei 4.657/42), a vigência da norma jurídica, inicia-se em 45 dias corridos após a sua publicação oficial, salvo disposição contrária, abrangendo todo o território nacional e aplicando-se de forma sincrônica.

70. A LINDB permite a repristinação automática de uma norma revogada quando a norma revogadora perde a vigência.

71. De acordo com o art. 2º do CC/2002, a personalidade civil da pessoa natural começa com a concepção, garantindo-se desde este momento todos os direitos da personalidade ao nascituro.

72. A teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, prevista no Código Civil, permite sua aplicação independentemente da comprovação de desvio de finalidade ou confusão patrimonial, bastando a demonstração de insolvência da pessoa jurídica.

73. O domicílio da pessoa natural que não possui residência habitual será o local onde ela for encontrada.

74. De acordo com o Código Civil, as pertenças, ainda que sejam bens acessórios, são, em regra, abrangidas pelos negócios jurídicos que envolvam o bem principal, salvo disposição contrária em lei ou pela vontade das partes.

75. A inexistência de um elemento essencial no suporte fático implica que o fato jurídico não atinge o plano da validade, podendo, entretanto, gerar efeitos jurídicos no plano da eficácia.

76. A condição suspensiva, nos negócios jurídicos, impede tanto a aquisição quanto o exercício do direito enquanto o evento futuro e incerto não ocorrer.

77. A mora do devedor em obrigações pecuniárias pode ocorrer automaticamente (*mora ex re*), independentemente de interpelação, caso exista termo certo para o cumprimento da obrigação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

78. Julgue o item subsequente, considerando as disposições do Código de Processo Civil relativas ao incidente de arguição de inconstitucionalidade.

Se a arguição for acolhida, a questão será submetida ao plenário do tribunal ou ao seu órgão especial, onde houver.

79. Julgue o próximo item, referente ao mandado de segurança.

Consoante entendimento do STJ, não é possível a aplicação da teoria da encampação no mandado de segurança.

80. Com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre a nulidade, julgue o item seguinte.

É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

81. Com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre o conflito de competência, julgue o item seguinte.

Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, arguiu incompetência relativa.

82. Com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue o item a seguir.

A produção antecipada de prova pericial pode ser processada no foro onde situado o objeto a ser periciado ao invés do foro de sede da empresa ré, que coincide com o foro eleito em contrato.

83. Com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue o item a seguir.

O condômino, individualmente, possui legitimidade para propor ação de prestação de contas em face do condomínio.

84. Julgue o próximo item, referente à ordem dos processos e dos processos de competência originária dos tribunais.

Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante dos tribunais superiores, deve haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica.

85. Com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre a tutela provisória, julgue o item seguinte.

A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber.

86. Com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue o item a seguir.

No julgamento assíncrono em ambiente eletrônico, caso o processo seja retirado da pauta (e não adiado) é obrigatória a renovação de intimação das partes, notadamente quando há determinação expressa de retirada em atendimento à solicitação de sustentação oral.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

Texto-base para os itens 87 a 90

Situação hipotética: Maurício, brasileiro, 20 anos, adulterou a data de validade de seu passaporte para poder continuar uma viagem que fazia pela Europa. O fato ocorreu na cidade de Munique-Alemanha. Apesar da boa qualidade da falsificação, o crime foi descoberto pelas autoridades locais. Lá, Maurício foi condenado pelo referido delito a uma pena de 02 anos de reclusão, cumprida integralmente. Após cumprir a pena, Maurício decidiu permanecer na Europa, e não mais retornou ao Brasil.

87. Assertiva: Maurício poderá ser punido no Brasil pelo mesmo fato, ainda que não mais retorne ao país.

88. Assertiva: A pena cumprida por Maurício no estrangeiro não terá qualquer relevância em relação a eventual pena a ser cumprida no Brasil.

89. Assertiva: o prazo de prescrição, no Brasil, relativo ao crime praticado por Maurício deverá ser reduzido pela metade.

90. Assertiva: a adulteração realizada por Maurício configura o crime de falsificação de documento particular.

91. Acerca do concurso de crimes, julgue o item a seguir:

A exasperação decorrente do concurso formal de crimes deve ter como parâmetro o número de delitos perpetrados.

92. Acerca das penas, julgue o item a seguir:

A folha de antecedentes criminais é documento suficiente a comprovar os maus antecedentes e a reincidência, sendo dispensável a juntada de certidão cartorária.

93. Acerca do concurso de pessoas, julgue o item a seguir:

Há cooperação dolosamente distinta na hipótese em que algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, de forma que ser-lhe-á aplicada a pena deste, sem possibilidade de aumento de pena, ainda que previsível o resultado mais grave.

94. Acerca dos crimes contra a honra, julgue o item a seguir:

A utilização de insultos preconceituosos e homofóbicos relacionados a grupo minoritário e estigmatizado configura o crime de injúria, pois ofende a honra subjetiva da vítima, independentemente de sua orientação sexual.

95. Acerca dos crimes contra a administração da Justiça, julgue o item a seguir:

O comprador da suposta influência também é sujeito ativo do crime de exploração de prestígio.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

96. Em relação à norma processual penal, julgue os itens subsequentes.

No âmbito do processo penal, é possível não apenas a interpretação extensiva e a aplicação analógica, mas também o suplemento dos princípios gerais de direito.

97. Julgue o item a seguir tendo por base a ação penal.

Caso o querelante não realize, nas alegações finais, o pedido de condenação do réu, ocorrerá perempção.

98. Julgue o item a seguir.

Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo domicílio ou residência do réu. No referido caso, se o réu tiver mais de uma residência, a competência firmar-se-á pela prevenção.

99. No que se refere ao processo penal brasileiro, julgue o item a seguir.

O juiz não poderá, em nenhuma hipótese, fundamentar sua decisão em elementos informativos não produzidos mediante o contraditório judicial.

100. Julgue a assertiva a seguir.

Com base no que dispõe o Código de Processo Penal, o juiz poderá ser recusado por qualquer das partes, se for credor ou devedor de uma das partes do processo.

101. Julgue o item a seguir.

Ao assistente da acusação é permitido propor todos os meios de prova admitidos em direito, inquirir testemunhas, bem como aditar a denúncia ofertada pelo órgão de acusação.

102. Sobre o tema prisão, julgue os itens a seguir.

Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 30 (trinta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

103. Em relação às citações, às intimações e aos processos em espécie, analise a o item abaixo.

O comparecimento espontâneo do réu, no curso da instrução do processo, por meio de advogado constituído, supera o vício inicial de ausência de citação válida, desde que o interessado compareça antes de o ato consumir-se.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Maurício

104. Acerca de regimes próprios de previdência social (RPPS), julgue o item subsecutivo:

No âmbito dos RPPS dos servidores públicos da União, estados, Distrito Federal e municípios, poderão ser criadas, implementadas e concedidas quaisquer espécies de benefícios a seus segurados, desde que haja previsão legal e desde que haja fonte de custeio total.

105. Suponha que uma empregada filiada ao RGPS tenha recebido, no mês de outubro de 2024, a título de contraprestação da empresa, salário, horas extras, auxílio alimentação pago em dinheiro, vale transporte pago em dinheiro, nos termos da legislação, adicional noturno e abono de férias. Tais valores, somados, totalizam R\$ 5.812,00. Nessa situação, a contribuição previdenciária deve incidir apenas sobre as parcelas recebidas a título de salário, horas extras, auxílio alimentação pago em dinheiro e adicional noturno.

106. Em relação ao direito previdenciário, julgue o seguinte item:

Período de carência consiste no número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus a um benefício previdenciário, havendo, entretanto, benefícios previdenciários cuja concessão independe de carência, tais como o auxílio-acidente, salário-família, pensão por morte e o salário maternidade.

107. O agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração será filiado ao RGPS na qualidade de contribuinte individual.

108. Caso Fernando e Priscila sejam nomeados Analistas Judiciários do STJ, então serão ambos considerados segurados obrigatórios do RPPS.

109. Acerca do regime geral de previdência social (RGPS), julgue o item subsequente:

O cônjuge de segurado do RGPS, caso tenha 50 anos de idade, tem direito ao recebimento da pensão por morte de modo vitalício, independentemente do tempo de matrimônio, caso o segurado tenha, pelo menos, 18 contribuições mensais recolhidas.

110. A alíquota de contribuição previdenciária devida pelo segurado empregado e pelo empregado doméstico para o RGPS é a mesma alíquota devida pelos trabalhadores avulsos e contribuintes individuais.

111. A Lei nº 12.618/12 instituiu o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União.

112. A adesão ao regime de previdência complementar instituído pela Lei nº 12.618/12 é obrigatória para todos os servidores que tomaram posse após a instituição da respectiva lei.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

113. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue o item a seguir:

Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que cria o tributo nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.

114. A respeito dos Limites ao Poder de Tributar, julgue o item a seguir:

Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita aos mesmos princípios tributários que o tributo a que se refere.

115. A respeito dos Limites ao Poder de Tributar, no que se refere à Medida Provisória, julgue o item a seguir:

Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, salvo exceções previstas na Constituição Federal, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se tiver sido convertida em lei até o último dia do ano seguinte em que foi editada.

116. A respeito das Limitações ao Poder de Tributar, julgue o item a seguir:

As contribuições de intervenção no domínio econômico poderão incidir sobre as receitas decorrentes de exportação.

117. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito de Legislação Tributária, julgue o item a seguir:

Interpreta-se de maneira literal a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário.

118. Em relação ao Sistema Tributário Nacional, julgue o item a seguir, de acordo com a Constituição Federal de 1988, incluídas as alterações promovidas pela Emenda Constitucional n.º 132/2023 (Reforma Tributária):

O imposto seletivo a ser instituído pela União não incidirá sobre operações com energia elétrica.

119. Conforme dispõe a Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 132/2023 (Reforma Tributária), julgue o item a seguir:

O IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, imposto de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, terá suas alíquotas definidas por meio de Lei Complementar Federal.

120. A respeito da Legislação Tributária, conforme prevê o texto Constitucional, julgue o item a seguir:

Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

Discursiva

Em contratação de obra pública, o contratado comprometeu-se a cumprir o cronograma físico-financeiro de 24 (vinte e quatro) meses de execução da obra, de acordo com as regras pré-estabelecidas no Edital. O contrato vigeria por 30 (trinta) meses.

No curso da execução, observou-se substancial atraso no cronograma físico-financeiro por culpa do contratado, o que causou danos e ocasionou a decisão da Administração Pública de extinção contratual por inadimplemento, de forma unilateral.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, responda:

- a)** em qual(is) hipótese(s) é(são) permitida(s) a extinção unilateral de um contrato administrativo firmado pela Administração Pública, de acordo com o caso concreto relatado na questão?
- b)** quais são as consequências jurídicas para a empresa que teve seu contrato extinto?
- c)** quais são as providências que a Administração Pública deve adotar, com relação aos prejuízos causados, após a extinção do contrato firmado?
- d)** quais são as opções da Administração Pública para dar continuidade à obra, após a extinção do contrato firmado?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
